



SECRETARIA DE ESTADO
DO PLANEJAMENTO



INSTITUTO DE APOIO
À PESQUISA E AO
DESENVOLVIMENTO

JONES DOS SANTOS NEVES

IASN

HABITAÇÃO NO ESPÍRITO SANTO

Subsídio
para programa de
habitação popular



SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO
INSTITUTO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO
JONES DOS SANTOS NEVES

HABITAÇÃO NO ESPÍRITO SANTO

Subsídio
para programa de habitação popular

JULHO/1999

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

Ricardo Ferreira dos Santos

INSTITUTO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO

JONES DOS SANTOS NEVES

Guilherme Henrique Pereira

DIRETOR PRESIDENTE/DIRETOR TÉCNICO

Guilherme Henrique Pereira

DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

Mário Rodrigues de Vasconcelos Neto

COORDENADORA DA ÁREA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Terezinha Guimarães Andrade

EQUIPE TÉCNICA

Inês Brochado Abreu

Maria Gorete Cortez Monteiro

Tereza Cristina Borges da Silva

Terezinha Guimarães Andrade

Vera Maria Carreiro Ribeiro

APRESENTAÇÃO

O presente documento, elaborado pelo Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento “Jones dos Santos Neves”, pretende demonstrar a situação habitacional dos municípios do Espírito Santo a partir do cruzamento de variáveis apoiadas no Censo do IBGE e em fontes secundárias (órgãos públicos).

O conjunto das informações permite identificar os municípios com situação mais crítica, servindo, dessa forma, para embasamento de programas habitacionais.

No decorrer do trabalho foram realizadas discussões técnicas com o grupo de estudo responsável pela elaboração do Programa Estadual de Habitação Popular, visando a definição de indicadores e variáveis a serem adotados. Neste particular, os agradecimentos são especialmente dirigidos à COHAB e à SEPLAN.

SUMÁRIO**PÁGINA**

APRESENTAÇÃO	5
1. INTRODUÇÃO	7
2. OBJETIVOS	10
3. A DINÂMICA DEMOGRÁFICA NO ESPÍRITO SANTO	11
4. DÉFICIT HABITACIONAL	17
5. INDICADOR PARA INVESTIMENTOS PRIORITÁRIOS	27

1.

INTRODUÇÃO

O objetivo central deste trabalho é a elaboração de um diagnóstico da situação habitacional dos municípios do Estado. Por seu intermédio procura-se construir um indicador que retrate a deficiência de estoques de moradia e identificar os municípios que, de acordo com a situação dos indicadores selecionados (renda, infra-estrutura e serviços básicos), estão em piores condições relativamente aos demais, e, portanto, estão a exigir ações prioritárias de governo.

A preocupação com a definição do déficit e das necessidades habitacionais dos municípios do Estado motivou a constituição de áreas privilegiadas deste trabalho, seja pela sua importância na âmbito de políticas de caráter social, seja pela sua relevância para os agentes que atuam na oferta das unidades habitacionais. Para tanto foi adotada uma metodologia próxima à utilizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA*, que avalia o déficit a partir de três elementos básicos:

- A rusticidade das estruturas físicas das habitações, em virtude da depreciação e/ou da utilização de materiais duráveis improvisados ou não-duráveis.
- A inadequação de algumas unidades habitacionais que, em decorrência de suas características físicas e funcionais, são utilizadas como domicílios de forma esporádica ou improvisada.
- A coabitação (existência de mais de uma família, em média, por domicílio).

Cabe notar, no entanto, que foi adotado como fonte disponível para cálculo do déficit por município do Estado o Censo Demográfico de 1991, que infelizmente, porém, não disponibilizou, em tempo, os dados relativos à inadequação de unidades habitacionais.

Ainda assim, procuramos construir um método explicitamente parcimonioso de cálculo do déficit quantitativo, e qualitativo, com a escolha de um referencial alternativo, que possibilitou explorar a distribuição do déficit por município a partir dos dados disponíveis. O aspecto quantitativo estaria sendo captado pela coabitação, responsável por mais de 70% de déficit habitacional brasileiro e o aspecto qualitativo pela rusticidade das moradias, outro componente importante do déficit.

A estimativa de déficit habitacional adotada pelo IPEA revela que 87,8% do déficit habitacional do Brasil está concentrado nos estratos de renda domiciliar até três salários mínimos e que são necessários 5,1 milhões de unidades habitacionais para zerar o déficit habitacional para o ano de 1995.

* GONÇALVES, Robson R. O déficit habitacional brasileiro: um mapeamento por Unidades de Federação e por Níveis de Renda Domiciliar.

É importante notar que o estudo do IPEA revela que o déficit habitacional brasileiro não é um problema restrito aos grandes centros urbanos e que em termos relativos o déficit é menor nas áreas metropolitanas e mais intenso nos estados menores e mais pobres da Federação.

É possível observar, também, que o déficit habitacional do Estado foi estimado em 72.875 moradias e que o déficit relativo é claramente superior ao dos outros estados da Região Sudeste.

A partir do estudo do IPEA, fica claro que nenhum instrumento de política habitacional será eficaz se não puder direcionar o investimento habitacional para as regiões e para os estratos mais pobres do país e que, caso uma política de ampliação do investimento habitacional seja avaliada meramente pelos incrementos totais no número de domicílios, corre-se o risco de não se conceder prioridade aos segmentos da sociedade cujo déficit habitacional traduz uma necessidade absoluta de moradia, e não uma mera demanda por diversificação.

Por seu tempo, a fim de estabelecer um nexo entre o déficit e os municípios com maior necessidade de investimento na área habitacional, construiu-se um outro indicador, cuja distribuição também é mostrada neste estudo, o qual considera o nível de carência dos municípios especialmente em relação aos serviços e equipamentos urbanos básicos. A classificação dos municípios segundo os maiores graus de carência urbana é apresentada neste trabalho, segundo os critérios definidos para cada um deles.

Percebe-se em relação à infra-estrutura que foram registradas, no Brasil, mudanças positivas, sobretudo em relação à água encanada. Nas áreas urbanas, o percentual de domicílios servidos por rede pública de água aumentou de 60% em 1970 para 86% em 1991. O percentual de domicílios urbanos dependentes de poços ou nascentes baixou de 21% para 8% no mesmo intervalo.

Em relação ao esgoto, a situação é bem menos favorável: em 1970, 22,16% dos domicílios urbanos tinham coleta de esgoto, percentual que sobe para 37,2% em 1980, mas ainda é inferior a 50% em 1991 (49,01%). Somando-se a este percentual o de domicílios urbanos servidos por fossa séptica e portanto com instalação adequada, tem-se um total de 63,6% domicílios sanitariamente adequados nas zonas urbanas do país. Isto vai se refletir tanto na taxa bruta de mortalidade, que foi se reduzindo de 13,0 por mil na década de 70 para 9,9 na década de 80, como principalmente na mortalidade infantil*. No Estado houve um decréscimo de 30,66 em 1993 para 21,69 em 1996, no coeficiente de mortalidade infantil.

Antes do detalhamento dos procedimentos efetuados para se chegar ao diagnóstico, objetivo desse trabalho, considerou-se necessário ter uma visão, ao menos de uma maneira geral, da dinâmica demográfica do Estado.

* TASHNER, Suzana Pasternak. Compreendendo a cidade informal. in: SEMINÁRIO INTERNACIONAL CHALLENGES OF INFORMAL TOWN. Belo Horizonte, 1995. p.

A análise da dinâmica populacional leva em consideração a necessidade de priorização da área urbana para atuação de programas habitacionais, uma vez que a área rural vem se esvaziando, com a concentração de maiores carências e de forma cada vez mais acentuada nas cidades.

2.**OBJETIVOS**

- Subsidiar programas habitacionais, fornecendo um retrato da deficiência de estoques de moradia e de atendimento dos principais serviços à população, em âmbito municipal.
- Facilitar as decisões e políticas públicas, fornecendo o conhecimento sobre a necessidade de investimentos na área habitacional no âmbito dos municípios.
- Facilitar interpretações abrangentes da realidade municipal e estadual com o cruzamento de indicadores e variáveis, tais como Índice de Desenvolvimento Urbano, Déficit Habitacional e Renda.

3. A DINÂMICA DEMOGRÁFICA NO ESPÍRITO SANTO

A análise da dinâmica demográfica não pretende ser exaustiva, e, sim, dar subsídios para um melhor entendimento do dimensionamento do déficit habitacional no Estado.

Para tanto, foram utilizados os dados demográficos do IBGE nos anos de 1980, 1991 e 1996, agrupados segundo as microrregiões administrativas de gestão.

Uma das importantes transformações estruturais da sociedade brasileira ocorrida nas últimas décadas foi a mudança no seu padrão demográfico (rural/urbano). Essa tendência também foi constatada no Estado, principalmente a partir da década de 70.

Conforme a **tabela 1**, que apresenta a evolução da população do Estado e das 12 microrregiões administrativas de gestão, no período compreendido entre 1980 e 1996, evidencia-se um avanço muito acentuado das populações urbanas. De fato, no Estado como um todo, enquanto a população urbana, nesse período, tem um acréscimo de cerca de 900 mil pessoas, as áreas rurais apresentam um decréscimo absoluto de população, ou seja, menos 100 mil pessoas. A mesma tendência se observa para as microrregiões administrativas, algumas delas apresentando aumentos significativos de população urbana, como a Metropolitana, a Metrópole Expandida Sul e a Litoral Norte. Por outro lado, em 8 das 12 microrregiões houve decréscimo absoluto da população rural, destacando-se as regiões Pólo Colatina, Noroeste I e Noroeste II.

A **tabela 2**, que demonstra as Taxas de Crescimento no período 1980/1991 e 1991/1996 e o grau de urbanização, vem enfatizar a tendência crescente, embora de forma mais desacelerada, de urbanização da população do Espírito Santo.

Comparando-se as taxas de crescimento nos dois períodos, observa-se que o crescimento da população, tanto total, quanto urbana, foi muito mais acentuado na década de 80, havendo um ligeiro desaquecimento no período posterior (1991/1996). Como exemplo, basta citar o “desempenho” populacional do Estado, que em 1980/91 obteve uma taxa de crescimento de 2,31 na população total e 3,66 na população urbana, enquanto no período posterior apresentou as taxas de 1,51 e 2,49 respectivamente. Essa mesma linearidade ocorreu em nove microrregiões no que tange à população total, mas o mesmo não se dá em relação ao crescimento da população urbana, considerando que, das doze microrregiões, oito tiveram crescimento superior no segundo período (1991/96).

A trajetória da população rural demonstra que houve um acentuado declínio desta: tanto o Estado como todo quanto cada uma das microrregiões apresentaram taxas negativas de crescimento, e ainda mais, inferiores às registradas no período 1980/91. Foge a esta regra as microrregiões Pólo

Linhares, Litoral Norte e Noroeste I, que, apesar de suas taxas continuarem negativas, apresentaram queda menos vertiginosa que no período anterior.

Quanto à análise do grau de urbanização, a tabela apresenta uma leitura clara, e corrobora a tendência nacional: houve uma acentuada concentração da população do Espírito Santo nas áreas urbanas ao longo do período de 1980 a 1996. Basta verificar que em 1980 havia sete microrregiões, das doze existentes, com população rural predominante (superior a 50%). Este mesmo dado para o ano de 1996 resulta num quadro bem diferente: apenas as microrregiões Central Serrana, Sudoeste Serrana e Noroeste I têm grau de urbanização inferior a 50%.

Um outro fenômeno caracteriza, ainda, a dinâmica demográfica do Estado – a metropolização da população. Analisando-se a **tabela 3**, observa-se uma alta concentração de população na Região Metropolitana, que, sozinha, é responsável por 53% da população urbana e 42% da população total do Estado. Os municípios da Região Metropolitana somados aos outros sete municípios com população superior a 50 mil habitantes totalizam 1.677.740 habitantes urbanos. Isto significa que 17% dos municípios capixabas concentram mais de 77% da população urbana do Estado. Os demais municípios (59) incluídos nas faixas de população inferiores a 50 mil habitantes totalizam uma população urbana de 458.267 pessoas, representando, em termos percentuais, apenas 23% da população urbana do Estado.

Estas características da dinâmica demográfica do Estado devem ser consideradas em um diagnóstico habitacional, já que influenciam o mercado de moradias urbanas, sendo peça fundamental no estabelecimento de programas habitacionais.

Tabela 1
População total, urbana e rural, segundo as microrregiões administrativas de gestão e o Estado, 1980/1991/1996

Microrregiões administrativas de gestão	População								
	1980			1991			1996		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
1. Metropolitana	706.263	694.322	11.941	1.064.919	1.044.600	20.319	1.182.354	1.164.545	17.809
2. Pólo Linhares	188.402	102.752	85.650	220.632	155.481	65.151	236.108	172.589	63.519
3. Metrópole Expandida Sul	109.365	66.761	42.604	153.394	107.459	45.935	178.734	133.642	45.092
4. Central Serrana	72.835	15.952	56.883	87.533	24.156	63.377	91.544	29.472	62.072
5. Sudoeste Serrana	93.194	19.853	73.341	108.803	30.239	78.564	112.161	37.360	74.801
6. Litoral Norte	83.469	34.428	49.041	134.583	92.699	41.884	148.102	108.397	39.705
7. Extremo Norte	48.973	24.140	24.833	50.771	30.376	20.395	51.878	35.524	16.354
8. Pólo Colatina	167.705	90.792	76.913	171.462	107.640	63.822	167.799	114.769	53.030
9. Noroeste I	97.557	30.463	66.094	86.806	37.355	49.451	92.216	45.780	46.436
10. Noroeste II	99.062	35.481	63.581	100.147	48.966	51.181	102.826	58.142	44.684
11. Pólo Cachoeiro	240.588	136.847	103.741	283.950	182.886	101.064	294.401	201.446	92.955
12. Caparaó	116.927	43.644	73.283	137.618	62.731	74.887	144.584	74.340	70.244
Espírito Santo	2.023.340	1.295.435	727.905	2.600.618	1.924.588	676.030	2.802.707	2.176.006	626.701

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1980
 IBGE, Censo Demográfico, 1991
 IBGE, Contagem da População, Vol. 1, 1996.

Tabela 2
Taxa de crescimento e grau de urbanização segundo microrregiões administrativas de gestão e o Estado, 1980/1991/1996

Microrregiões administrativas de gestão	Taxa de crescimento						Grau de urbanização (%)		
	1980/1991			1991/1996			Total	Urbana	Rural
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural			
1. Metropolitana	3,8	3,78	4,95	2,11	2,2	-2,6	98,31	98,09	98,49
2. Pólo Linhares	1,45	3,84	-2,46	1,37	2,11	-0,51	54,54	70,47	73,1
3. Metrópole Expandida Sul	3,12	4,42	0,69	3,11	4,46	-0,37	61,04	70,05	74,77
4. Central Serrana	1,69	3,84	0,99	0,9	4,06	-0,42	21,9	27,6	32,19
5. Sudoeste Serrana	1,42	3,9	0,63	0,61	4,32	-0,98	21,3	27,79	33,31
6. Litoral Norte	4,44	9,42	-1,42	1,93	3,18	-1,06	41,25	68,88	73,19
7. Extremo Norte	0,33	2,11	-1,77	0,43	3,18	-4,32	49,29	59,83	68,48
8. Pólo Colatina	0,2	1,56	-1,68	-0,43	1,29	-3,64	54,14	62,78	68,4
9. Noroeste I	-0,96	1,87	-2,6	1,22	4,15	-1,25	31,55	43,03	49,64
10. Noroeste II	0,1	2,97	-1,95	0,53	3,49	-2,68	35,82	48,89	56,54
11. Pólo Cachoeiro	1,52	2,67	-0,24	0,73	1,95	-1,66	56,88	64,41	68,42
12. Caparaó	1,49	3,35	0,2	0,99	3,45	-1,27	37,32	45,58	51,42
Espírito Santo	2,31	3,66	-0,67	1,51	2,49	-1,5	64,02	74	77,64

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1980
 IBGE, Censo Demográfico, 1991
 IBGE, Contagem da População, Vol. 1, 1996.
 Elaboração. IJSN

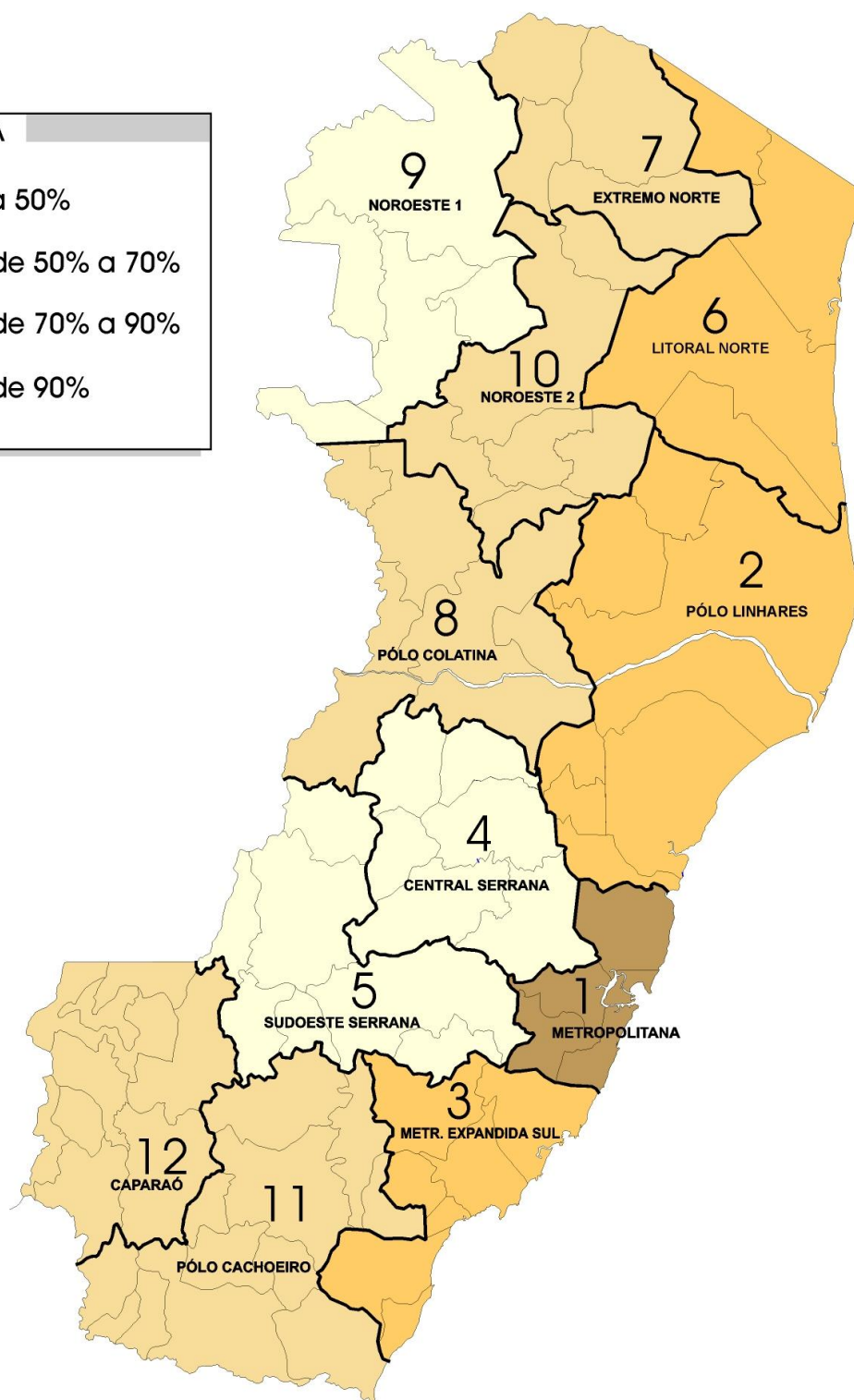
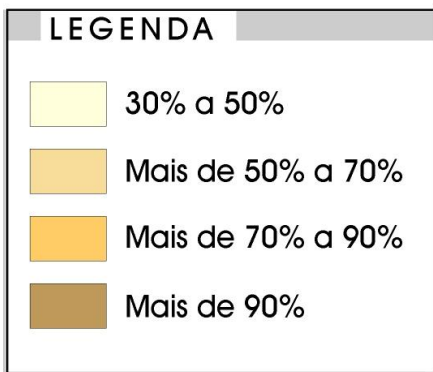
Tabela 3
Distribuição da população urbana segundo a Região Metropolitana de
Vitória e faixas de tamanho

Faixas de Tamanho	N.º de Municípios		População urbana	Distribuição percentual da população
	Absoluto	%		
Reg. Metrop. de Vitória	05	7,04	1.164.545	53,53
Mais de 50 mil hab.	07	9,86	513.195	23,58
De 20 mil a 50 mil hab.	18	25,35	270.877	12,45
Mais de 10 mil a 20 mil hab.	27	38,03	178.942	8,22
Mais de mil a 10 mil hab.	14	19,72	48.447	2,22
Espírito Santo	71 ⁽¹⁾	100,00	2.176.006	100,00

Fonte: IBGE, Contagem da População, vol. 1, 1996.

Elaboração: IJSN

Nota: (1) Nesta totalização não estão incluídos os municípios instalados em 01/01/1997, pelo fato de o IBGE não dispor de dados relativos à situação urbana destes.



4.

DÉFICIT HABITACIONAL**ASPECTOS METODOLÓGICOS**

Para estimar o déficit habitacional de cada município do Estado, estavam disponíveis os dados do Censo de 1991 e a Contagem da População de 1996.

Optou-se por uma metodologia próxima à adotada pelo IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, cuja fórmula considera os domicílios permanentes (DP's) totais, sem discriminação de urbanos e rurais, o número de famílias, a coabitação, os domicílios improvisados, os domicílios rústicos e o número de cômodos alugados ou cedidos. Uma vez que todas estas informações não foram disponibilizadas em tempo hábil pelo IBGE, foi feita uma simplificação da fórmula original, que passou então a considerar apenas as variáveis “coabitação” e “número de domicílios rústicos”.

Segundo o estudo realizado pelo IPEA, estas variáveis, somadas, correspondiam em 1995, a cerca de 94% do déficit habitacional brasileiro, que foram consideradas bastante razoável para o estudo ora em curso.

A variável “coabitação”, que considera aqueles domicílios com famílias conviventes, é calculada subtraindo-se o número de domicílios permanentes do número de famílias.

A variável “número de domicílios rústicos” é definida pelo Censo como aqueles domicílios com paredes não-duráveis, constituídas de taipa não-revestida, material aproveitado, palha ou outro material.

As fórmulas adotadas ficaram então definidas:

Déficit Total = coabitação + número de domicílios rústicos

Déficit Relativo = $\frac{\text{Déficit total}}{\text{Número de domicílios}}$

De posse dos dados do Censo de 1991, foi gerada a Tabela 4, que apresenta também a proporção existente entre coabitação e número de DPs e entre número de domicílios rústicos e número de DPs. Esta mesma proporção será aplicada ao número de DPs existentes em 1996, para que se possam projetar as variáveis coabitação e número de domicílios rústicos. Como esta proporção é a mesma para 1991 e 1996, obviamente o déficit *relativo* será o mesmo para estes anos.

Foi necessário regredir os dados da Contagem da População – 1996, para aqueles municípios criados após o Censo de 1991, tendo sido calculados:

- a) Número de domicílios permanentes (n.º de DPs) considerando-se a proporção existente entre a população da área emancipada e a do município-mãe, além da média de moradores por domicílio encontrada no município-mãe;
- b) Número de famílias, considerando-se a mesma proporção existente entre as populações da área emancipada e do município-mãe;
- c) Número de domicílios rústicos, considerando-se a mesma proporção existente entre domicílios permanentes da área emancipada e do município-mãe.

Como o déficit de 1996 considera percentuais existentes em 1991, a Tabela 5, que apresenta o cálculo do déficit para 1996, foi gerada a partir da Tabela 4.

A tabela 6 é um resumo da situação habitacional em 1996, mostrando também as unidades produzidas entre 1996 e 1998, através dos programas HABITAR BRASIL e PRÓ-MORADIA, segundo dados da Caixa Econômica Federal. Tais programas são financiados com recursos do Orçamento Geral da União (OGU) e FGTS.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Da Tabela 6 e do Mapa do déficit relativo, observamos que o município de Conceição da Barra apresenta o maior valor relativo (20,47%), o que representa cerca do dobro do valor referente ao Estado, que é de 9,59%.

Em seguida, na faixa 02 (15 a 20%), observa-se uma maior concentração nos municípios da Região Serrana.

Ainda boa parte dos municípios se encontra na faixa que vai de 10 a 15% de déficit relativo, atingindo praticamente todas as regiões.

Os municípios da Região Metropolitana, embora em sua maioria apresentem os maiores valores absolutos, em termos relativos apresentam valores inferiores ao déficit do Estado com exceção de Cariacica e Guarapari. Estes dois municípios encontram-se na faixa 03 (de 10 a 15%) de déficit habitacional relativo.

Quanto ao aspecto de rusticidade das habitações, que mensura o componente qualitativo do déficit, pode-se observar a partir da Tabela 4, que é no interior do Estado que se encontram os maiores valores relativos.

Analisando a Tabela 6, no que diz respeito às unidades produzidas no período de 1996 a 1998, observa-se que o total de unidades é de apenas 3,4% do déficit total apurado para o ano de 1996, havendo uma distribuição desproporcional entre os municípios.

Tabela 4
Cálculo do Déficit Habitacional - 1991

Município	1991							
	Número de Famílias (a)	Número de DPs (b)	Coabitação (c) = (a- b)	Coabitação/ Número de DPs(%) (d)	Número de Domicílios Rústicos (e)	Número de Domicílios Rústicos / Número de DPs(%) (f)	Déficit Total (g)= (c+e)	Déficit Relativo (h)= g/b (%)
Afonso Cláudio	7190	6761	429	6,35%	190	2,81%	619	9,16
Água Doce do Norte	2926	2869	57	1,99%	8	0,28%	65	2,27
Água Branca	2221	2131	90	4,22%	43	2,02%	133	6,24
Alegre	7698	7357	341	4,64%	236	3,21%	577	7,84
Alfredo Chaves	3155	2955	200	6,77%	249	8,43%	449	15,19
Alto Rio Novo	1737	1659	78	4,70%	8	0,48%	86	5,18
Anchieta	3647	3432	215	6,26%	115	3,35%	330	9,62
Apiacá	1850	1729	121	7,00%	12	0,69%	133	7,69
Aracruz	12572	11761	811	6,90%	332	2,82%	1143	9,72
Atílio Vivacqua	1742	1621	121	7,46%	66	4,07%	187	11,54
Baixo Guandu	7115	6606	509	7,71%	11	0,17%	520	7,87
Barra de São Francisco	8845	8436	409	4,85%	25	0,30%	434	5,14
Boa Esperança	2909	2804	105	3,74%	22	0,78%	127	4,53
Bom Jesus do Norte	2261	2119	142	6,70%		0,00%	142	6,70
Brejetuba	2358	2218	140	6,31%	62	2,80%	202	9,11
Cachoeiro de Itapemirim	37862	35449	2413	6,81%	329	0,93%	2742	7,74
Cariacica	70660	65285	5375	8,23%	1195	1,83%	6570	10,06
Castelo	7425	6876	549	7,98%	142	2,07%	691	10,05
Colatina	26443	24744	1699	6,87%	103	0,42%	1802	7,28
Conceição da Barra	5235	4793	442	9,22%	539	11,25%	981	20,47
Conceição do Castelo	2520	2323	197	8,48%	159	6,84%	356	15,33
Divino de São Lourenço	974	942	32	3,40%	63	6,69%	95	10,08
Domingos Martins	7444	6989	455	6,51%	833	11,92%	1288	18,43
Dores do Rio Preto	1337	1308	29	2,22%	55	4,20%	84	6,42
Ecoporanga	5892	5677	215	3,79%	100	1,76%	315	5,55
Fundão	2696	2507	189	7,54%	73	2,91%	262	10,45
Guaçuí	5714	5430	284	5,23%	63	1,16%	347	6,39
Guarapari	16054	14917	1137	7,62%	851	5,70%	1988	13,33
Ibatiba	3725	3546	179	5,05%	28	0,79%	207	5,84
Ibiraçu	2409	2168	241	11,12%	29	1,34%	270	12,45
Ibitirama	1793	1713	80	4,67%	212	12,38%	292	17,05
Iconha	2579	2422	157	6,48%	85	3,51%	242	9,99
Irupi	2264	2070	194	9,37%	56	2,71%	250	12,08
Itaguaçu	3466	3200	266	8,31%	41	1,28%	307	9,59
Itapemirim	5443	5086	357	7,02%	179	3,52%	536	10,54
Itarana	2623	2395	228	9,52%	27	1,13%	255	10,65
Iúna	5708	5503	205	3,73%	148	2,69%	353	6,41
Jaguaré	3876	3573	303	8,48%	153	4,28%	456	12,76
Jerônimo Monteiro	2316	2167	149	6,88%	33	1,52%	182	8,40
João Neiva	3532	3170	362	11,42%	135	4,26%	497	15,68

Município	1991							
	Número de Famílias (a)	Número de DPs (b)	Coabitação (c) = (a- b)	Coabitação/ Número de DPs(%) (d)	Número de Domicílios Rústicos (e)	Número de Domicílios Rústicos / Número de DPs(%) (f)	Déficit Total (g)= (c+e)	Déficit Relativo (h)= g/b (%)
Laranja da Terra	2708	2583	125	4,84%	6	0,23%	131	5,07
Linhares	23385	21758	1627	7,48%	239	1,10%	1866	8,58
Mantenópolis	3355	3188	167	5,24%	46	1,44%	213	6,68
Marataízes	5643	5273	370	7,02%	186	3,53%	556	10,54
Marechal Floriano	1288	1288	0	0,00%	154	11,96%	154	11,96
Marilândia	2198	2069	129	6,23%	47	2,27%	176	8,51
Mimoso do Sul	6223	5739	484	8,43%	142	2,47%	626	10,91
Montanha	4515	4212	303	7,19%	177	4,20%	480	11,40
Mucurici	1307	1246	61	4,90%	65	5,22%	126	10,11
Muniz Freire	4664	4530	134	2,96%	267	5,89%	401	8,85
Muqui	3387	3099	288	9,29%	133	4,29%	421	13,59
Nova Venécia	9478	8981	497	5,53%	146	1,63%	643	7,16
Pancas	5045	4749	296	6,23%	42	0,88%	338	7,12
Pedro Canário	5024	4633	391	8,44%	384	8,29%	775	16,73
Pinheiros	5031	4728	303	6,41%	198	4,19%	501	10,60
Piúma	2491	2284	207	9,06%	87	3,81%	294	12,87
Ponto Belo	1432	1366	66	4,83%	72	5,27%	138	10,10
Presidente Kennedy	2351	2266	85	3,75%	301	13,28%	386	17,03
Rio Bananal	3528	3361	167	4,97%	120	3,57%	287	8,54
Rio Novo do Sul	2532	2367	165	6,97%	200	8,45%	365	15,42
Santa Leopoldina	2751	2521	230	9,12%	204	8,09%	434	17,22
Santa Maria de Jetibá	5664	5108	556	10,88%	341	6,68%	897	17,56
Santa Teresa	5040	4580	460	10,04%	169	3,69%	629	13,73
São Domingos do Norte	1398	1259	139	11,04%	5	0,40%	144	11,44
São Gabriel da Palha	5855	5534	321	5,80%	22	0,40%	343	6,20
São José do Calçado	2767	2650	117	4,42%	97	3,66%	214	8,08
São Mateus	17750	16711	1039	6,22%	809	4,84%	1848	11,06
São Roque do Canaã	2415	2195	220	10,02%	81	3,69%	301	13,71
Serra	56148	52382	3766	7,19%	1189	2,27%	4955	9,46
Sooretama	3811	3322	489	14,72%	36	1,08%	525	15,80
Vargem Alta	3030	2868	162	5,65%	221	7,71%	383	13,35
Venda Nova do Imigrante	2834	2642	192	7,27%	23	0,87%	215	8,14
Viana	10911	10259	652	6,36%	116	1,13%	768	7,49
Vila Pavão	1969	1831	138	7,54%	30	1,64%	168	9,18
Vila Valério	3213	2919	294	10,07%	22	0,75%	316	10,83
Vila Velha	72388	66586	5802	8,71%	448	0,67%	6250	9,39
Vitória	71589	66767	4822	7,22%	626	0,94%	5448	8,16
TOTAL (Esp. Santo)	663334	618565	44769	7,24%	14461	2,34%	59230	9,58

Fonte: Censo IBGE, 1991.

Tabela 5
Cálculo do Déficit Habitacional - 1996

Município	1996				
	Número de DPs (i)	Coabitação (j)=(d)*(i)	Nº de Domicílios Rústicos (k)= (f)*(i)	Déficit Total (l)= (j+k)	Déficit Relativo (m)=(l)/(i) (%)
Afonso Cláudio	9842	624	277	901	9,16
Água Doce do Norte	3164	63	9	72	2,27
Água Branca	2351	99	47	147	6,24
Alegre	8128	377	261	637	7,84
Alfredo Chaves	3333	226	281	506	15,19
Alto Rio Novo	1733	81	8	90	5,18
Anchieta	4332	271	145	417	9,62
Apiacá	1834	128	13	141	7,69
Aracruz	14457	997	408	1405	9,72
Atilio Vivacqua	1826	136	74	211	11,54
Baixo Guandu	7122	549	12	561	7,87
Barra de São Francisco	9666	469	29	497	5,14
Boa Esperança	3299	124	26	149	4,53
Bom Jesus do Norte	2409	161	0	161	6,70
Brejetuba	3248	205	91	296	9,11
Cachoeiro de Itapemirim	40482	2756	376	3131	7,74
Cariacica	78385	6454	1435	7888	10,06
Castelo	7584	606	157	762	10,05
Colatina	27773	1907	116	2023	7,28
Conceição da Barra	6161	568	693	1261	20,47
Conceição do Castelo	2472	210	169	379	15,33
Divino de São Lourenço	1094	37	73	110	10,08
Domingos Martins	6468	421	771	1192	18,43
Dores do Rio Preto	1491	33	63	96	6,42
Ecoporanga	5795	219	102	322	5,55
Fundão	2996	226	87	313	10,45
Guaçuí	6315	330	73	404	6,39
Guarapari	19397	1478	1107	2585	13,33
Ibatiba	4238	214	33	247	5,84
Ibiraçu	2466	274	33	307	12,45
Ibitirama	1893	88	234	323	17,05
Iconha	2866	186	101	286	9,99
Irupi	2517	236	68	304	12,08
Itaguaçu	3663	304	47	351	9,59
Itapemirim	13173	925	464	1388	10,54
Itarana	2696	257	30	287	10,65
Lúna	6250	233	168	401	6,41
Jaguaré	4071	345	174	520	12,76
Jerônimo Monteiro	2574	177	39	216	8,40
João Neiva	3642	416	155	571	15,68

Município	1996				
	Número de DPs (i)	Coabitação (j)=(d)*(i)	Nº de Domicílios Rústicos (k)= (f)*(i)	Déficit Total (l)= (j+k)	Déficit Relativo (m)=(l)/(i) (%)
Laranja da Terra	2747	133	6	139	5,07
Linhares	30804	2303	338	2642	8,58
Mantenópolis	3176	166	46	212	6,68
Marataízes	13700	961	483	1445	10,54
Marechal Floriano	2802	0	335	335	11,96
Marilândia	2423	151	55	206	8,51
Mimoso do Sul	6542	552	162	714	10,91
Montanha	4557	328	191	519	11,40
Mucurici	3233	158	169	327	10,11
Muniz Freire	4803	142	283	425	8,85
Muqui	3365	313	144	457	13,59
Nova Venécia	10309	570	168	738	7,16
Pancas	4911	306	43	350	7,12
Pedro Canário	5428	458	450	908	16,73
Pinheiros	5324	341	223	564	10,60
Piúma	3221	292	123	415	12,87
Ponto Belo	3556	172	187	359	10,10
Presidente Kennedy	2482	93	330	423	17,03
Rio Bananal	3839	191	137	328	8,54
Rio Novo do Sul	2749	192	232	424	15,42
Santa Leopoldina	2912	266	236	501	17,22
Santa Maria de Jetibá	6125	667	409	1076	17,56
Santa Teresa	7457	749	275	1024	13,73
São Domingos do Norte	1769	195	7	202	11,44
São Gabriel da Palha	7865	456	31	487	6,20
São José do Calçado	2937	130	108	237	8,08
São Mateus	20299	1262	983	2245	11,06
São Roque do Canaã	3579	359	132	491	13,71
Serra	69338	4985	1574	6559	9,46
Sooretama	4621	680	50	730	15,80
Vargem Alta	3274	185	252	437	13,35
Venda Nova do Imigrante	3374	245	29	275	8,14
Viana	12178	774	138	912	7,49
Vila Pavão	2196	166	36	201	9,18
Vila Valério	4168	420	31	451	10,83
Vila Velha	80796	7040	544	7584	9,39
Vitória	74378	5372	697	6069	8,16
TOTAL (Esp. Santo)	760443	55183	17778	72961	9,59

Fonte: Contagem da População - IBGE, 1996.

Tabela 6

Quadro Resumo da Situação Habitacional

Município	1996		Unidades produzidas no período 96-98*
	Déficit Total	Déficit Relativo (%)	
Afonso Cláudio	901	9,16%	
Água Doce do Norte	72	2,27%	48
Água Branca	147	6,24%	27
Alegre	637	7,84%	42
Alfredo Chaves	506	15,19%	
Alto Rio Novo	90	5,18%	141
Anchieta	417	9,62%	174
Apiacá	141	7,69%	18
Aracruz	1405	9,72%	63
Atílio Vivacqua	211	11,54%	140
Baixo Guandu	561	7,87%	
Barra de São Francisco	497	5,14%	26
Boa Esperança	149	4,53%	
Bom Jesus do Norte	161	6,70%	
Brejetuba	296	9,11%	
Cachoeiro de Itapemirim	3131	7,74%	350
Cariacica	7888	10,06%	
Castelo	762	10,05%	
Colatina	2023	7,28%	
Conceição da Barra	1261	20,47%	114
Conceição do Castelo	379	15,33%	
Divino de São Lourenço	110	10,08%	
Domingos Martins	1192	18,43%	32
Dores do Rio Preto	96	6,42%	
Ecoporanga	322	5,55%	
Fundão	313	10,45%	95
Guaçuí	404	6,39%	5
Guarapari	2585	13,33%	
Ibatiba	247	5,84%	
Ibiraçu	307	12,45%	88
Ibitirama	323	17,05%	15
Iconha	286	9,99%	66
Irupi	304	12,08%	
Itaguaçu	351	9,59%	
Itapemirim	1388	10,54%	
Itarana	287	10,65%	
Lúna	401	6,41%	16
Jaguare	520	12,76%	

Município	1996		Unidades produzidas no período 96-98*
	Déficit Total	Déficit Relativo (%)	
Jerônimo Monteiro	216	8,40%	
João Neiva	571	15,68%	179
Laranja da Terra	139	5,07%	
Linhares	2642	8,58%	
Mantenópolis	212	6,68%	
Marataízes	1445	10,54%	
Marechal Floriano	335	11,96%	12
Marilândia	206	8,51%	
Mimoso do Sul	714	10,91%	32
Montanha	519	11,40%	35
Mucurici	327	10,11%	24
Muniz Freire	425	8,85%	
Muqui	457	13,59%	
Nova Venécia	738	7,16%	110
Pancas	350	7,12%	
Pedro Canário	908	16,73%	31
Pinheiros	564	10,60%	47
Piúma	415	12,87%	35
Ponto Belo	359	10,10%	31
Presidente Kennedy	423	17,03%	
Rio Bananal	328	8,54%	
Rio Novo do Sul	424	15,42%	40
Santa Leopoldina	501	17,22%	
Santa Maria de Jetibá	1076	17,56%	
Santa Teresa	1024	13,73%	
São Domingos do Norte	202	11,44%	25
São Gabriel da Palha	487	6,20%	114
São José do Calçado	237	8,08%	
São Mateus	2245	11,06%	40
São Roque do Canaã	491	13,71%	
Serra	6559	9,46%	
Sooretama	730	15,80%	68
Vargem Alta	437	13,35%	35
Venda Nova do Imigrante	275	8,14%	
Viana	912	7,49%	
Vila Pavão	201	9,18%	
Vila Valério	451	10,83%	
Vila Velha	7584	9,39%	155
Vitória	6069	8,16%	
TOTAL (Esp. Santo)	72961	9,59%	2473

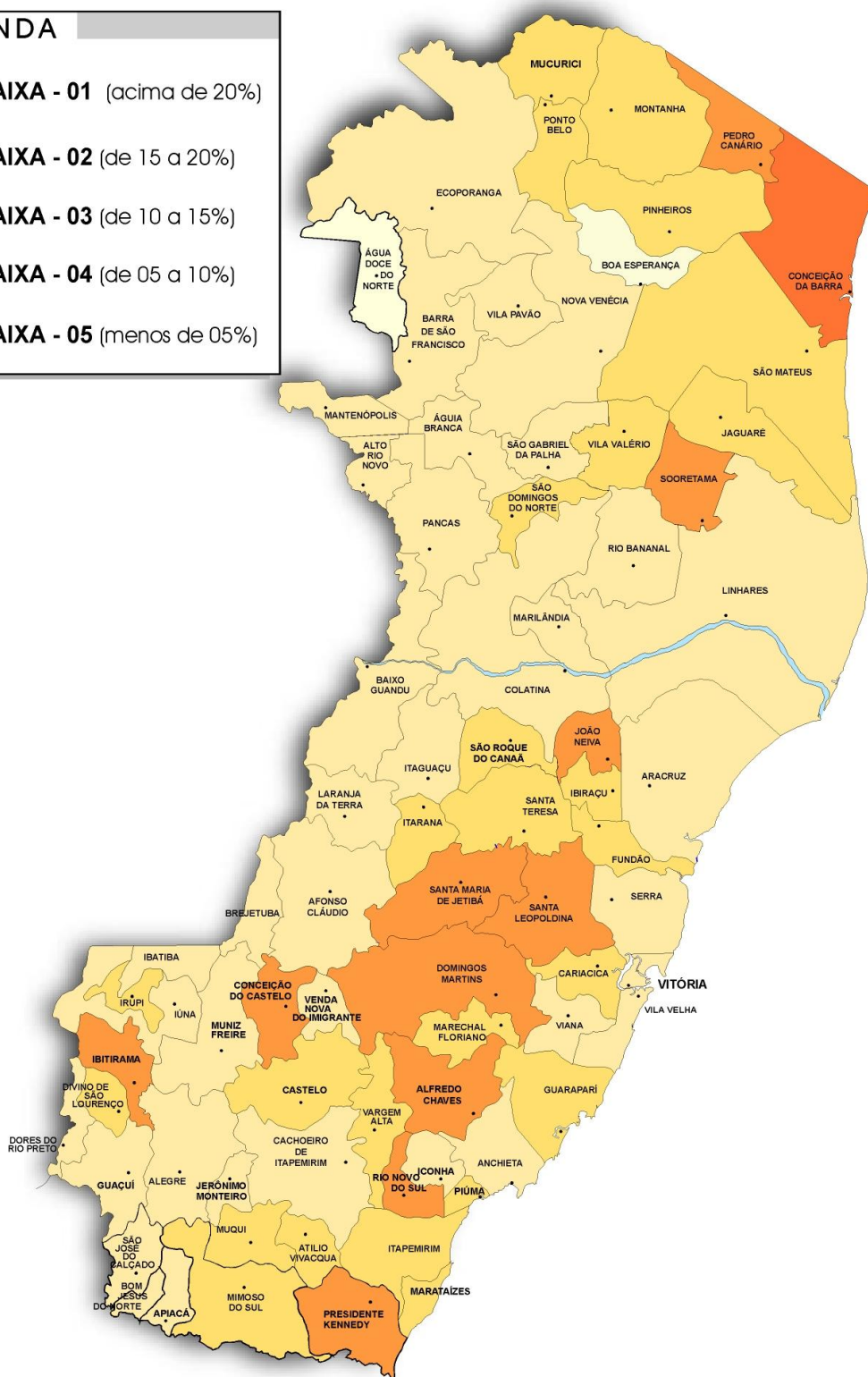
Fonte: Caixa Econômica Federal.



Municípios Déficit Habitacional Relativo - 1996

LEGENDA

- FAIXA - 01** (acima de 20%)
- FAIXA - 02** (de 15 a 20%)
- FAIXA - 03** (de 10 a 15%)
- FAIXA - 04** (de 05 a 10%)
- FAIXA - 05** (menos de 05%)



5. INDICADOR PARA INVESTIMENTOS PRIORITÁRIOS

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Critérios para seleção das variáveis

Com o intuito de orientar a aplicação de recursos na área habitacional com base em critérios técnicos além do déficit, foi detectada a necessidade de definir um indicador que pudesse considerar outras variáveis que apontassem os municípios mais carentes. Para construir este indicador foram utilizados como referências básicas o Índice de Desenvolvimento Urbano - IDU e Renda.

- **Índice de Desenvolvimento Urbano – IDU**

O IDU constitui uma tentativa de retratar as carências e disponibilidades de equipamentos e serviços urbanos de forma espacializada no cenário do Estado.

O cálculo deste índice segue uma metodologia similar à adotada pelo IPEA, para elaboração do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH com as devidas adaptações.

A elaboração do IDU inicia-se pelo cálculo do Índice de Carência Urbana – ICU e este pelo cálculo do Índice de Carência para Cada Dimensão – ICD*.

- **Renda**

O único dado disponível sobre rendimento pelo Censo Demográfico de 1991 é o do chefe de domicílio (Tabela 7). Apesar de não ser uma informação ideal para se inferir sobre a situação financeira domiciliar, é, contudo, a variável que vai servir para dar uma idéia do poder que as famílias ou moradores do domicílio teriam para se beneficiar de programas habitacionais.

Pela análise dos dados censitários, a grande maioria da população dos municípios do Estado tem rendimento médio mensal de até 3 salários mínimos, sendo que em 24,67% dos municípios capixabas esta concentração é ainda mais crítica, representando de 90% a 100%. Apenas o município de Vitória registra número mais favorável — mais da metade da população possui rendimento médio mensal superior a 3 salários mínimos.

* CARREIRO, Vera. Índice de desenvolvimento urbano. Instituto Jones dos Santos Neves, julho de 1999.

Cálculo do indicador

Mais uma vez, a opção por variáveis a serem consideradas foi baseada na disponibilidade dos dados, o que gerou um indicador chamado de IIP (Indicador para Investimentos Prioritários). Este indicador é expresso pela seguinte fórmula:

$$\text{IIP} = 0,5 (1 - \text{IDU}) + 0,5 \text{ PRC3 SM}$$

Onde:

IDU = Índice de Desenvolvimento Urbano

PRC3 SM = Percentual da população com renda média mensal do chefe do domicílio de até 3 (três) salários mínimos

O IDU é um índice relativo que traduz o desenvolvimento urbano através de 8 (oito) dimensões: água, esgoto, lixo, saúde, educação, comunicação, energia e comércio. As variáveis destas dimensões avaliam o percentual de domicílios e população atendidos por estes serviços básicos. É um índice que varia de 0 a 1, sendo 1 a melhor situação. Portanto, o seu complemento mostra a carência urbana. Daí a necessidade de entrar na fórmula do indicador com o fator $1 - \text{IDU}$.

A variável renda na faixa de até 3 salários mínimos é importante a ser considerada, tendo em vista que há uma concentração do déficit habitacional nas faixas de renda inferiores. Além do que, por não haver disponibilidade de dados, não foi possível calcular o déficit habitacional por faixa de renda. Sendo assim, na fórmula do indicador foi dada à variável renda o mesmo peso dado ao complemento do IDU.

Chegou-se assim a um “rank” dos municípios com maior necessidade de investimentos na área habitacional, o que está demonstrado na Tabela 8.

É importante observar na pior situação está o município de Águia Branca, que apresenta o menor Índice de Desenvolvimento Urbano e o maior percentual de população com renda média mensal do chefe do domicílio de até 3 salários mínimos, e na posição oposta, isto é, na melhor posição do “rank”, encontra-se o município de Vitória.

Concentração da População com renda média mensal do Chefe do Domicílio de até 3 SM

Municípios	Total pop. com renda média mensal do chefe do domic. de até 3 SM (a)	População Total (b)	Total Pop. Até3 SM/Pop. Total (%) (a/b)
Afonso Cláudio	27316	30018	91,00
Água Doce do Norte	11980	12701	94,32
Água Branca	9078	9820	92,44
Alegre	25775	30422	84,72
Alfredo Chaves	10364	12647	81,95
Alto Rio Novo	6760	7488	90,28
Anchieta	12217	14934	81,81
Apiacá	6295	6995	89,99
Aracruz	36828	52433	70,24
Atílio Vivacqua	6056	6666	90,85
Baixo Guandu	23917	27121	88,19
Barra de São Francisco	31723	35738	88,77
Boa Esperança	10772	12555	85,80
Bom Jesus do Norte	6883	7963	86,44
Brejetuba	8961	9847	91,00
Cachoeiro de Itapemirim	109548	143449	76,37
Cariacica	216446	274532	78,84
Castelo	24860	29592	84,01
Colatina	82201	101483	81,00
Conceição da Barra	18946	22282	85,03
Conceição do Castelo	8926	10533	84,74
Divino São Lourenço	3803	4090	92,98
Domingos Martins	25916	30489	85,00
Dores do Rio Preto	4602	5265	87,41
Ecoporanga	22078	24432	90,37
Fundão	8393	10204	82,25
Guaçuí	18961	21964	86,33
Guarapari	48227	61719	78,14
Ibatiba	13950	15558	89,66
Ibiraçu	7433	9405	79,03
Ibitirama	6985	7655	91,25
Iconha	7857	10172	77,24
Irupi	8601	9248	93,00
Itaguaçu	11940	13393	89,15
Itapemirim	19329	21718	89,00
Itarana	9157	10394	88,10
Iúna	20198	23260	86,84
Jaguaré	14404	17050	84,48
Jerônimo Monteiro	7898	8898	88,76
João Neiva	9720	13472	72,15
Laranja da Terra	9644	10635	90,68
Linhares	80571	97074	83,00

Municípios	Total pop. com renda média mensal do chefe do domic. de até 3 SM (a)	População Total (b)	Total Pop. Até3 SM/Pop. Total (%) (a/b)
Mantenópolis	12170	13935	87,33
Marataízes	20038	22515	89,00
Marechal Floriano	4343	5109	85,01
Marilândia	7598	9004	84,38
Mimoso do Sul	21752	24041	90,48
Montanha	15634	18133	86,22
Mucurici	5382	5382	100,00
Muniz Freire	18297	20156	90,78
Muqui	12227	13619	89,78
Nova Venécia	33178	39498	84,00
Pancas	18824	21004	89,62
Pedro Canário	17988	21348	84,26
Pinheiros	18285	21307	85,82
Piúma	7557	9430	80,14
Ponto Belo	5900	5900	100,00
Presidente Kennedy	8722	9433	92,46
Rio Bananal	13436	15428	87,09
Rio Novo do Sul	8325	10004	83,22
Santa Leopoldina	10070	11122	90,54
Santa Maria de Jetibá	19656	23268	84,48
Santa Tereza	16977	19741	86,00
São Domingos do Norte	4343	5362	81,00
São Gabriel da Palha	20304	23887	85,00
São José do Calçado	9221	10208	90,33
São Mateus	57307	73903	77,54
São Roque do Canaã	8137	9462	86,00
Serra	165008	222158	74,28
Sooretama	13041	15712	83,00
Vargem Alta	11824	13082	90,38
Venda Nova do Imigrante	9412	12036	78,20
Viana	37371	43866	85,19
Vila Pavão	6826	8126	84,00
Vila Valério	11190	13165	85,00
Vila Velha	148022	265586	55,73
Vitória	123026	258777	47,54
Total (Espírito Santo)	1976910	2600021	76,03

Fonte: Censo IBGE, 1991.

Tabela 8**Rank dos Municípios com maior necessidade de investimentos**

Município	IDU	PRC3 SM	I.I.P	Rank
Águia Branca	0,0777	0,9244	0,9234	1º
Água Doce do Norte	0,1364	0,9432	0,9034	2º
Brejetuba	0,1145	0,9100	0,8978	3º
Irupi	0,1351	0,9300	0,8975	4º
Presidente Kennedy	0,1363	0,9246	0,8942	5º
Ibitirama	0,1294	0,9125	0,8915	6º
Divino de São Lourenço	0,1539	0,9298	0,8880	7º
Rio Bananal	0,1245	0,8709	0,8732	8º
Laranja da Terra	0,1725	0,9068	0,8672	9º
Ponto Belo	0,2711	1,0000	0,8645	10º
Muniz Freire	0,2043	0,9078	0,8517	11º
Mucurici	0,2980	1,0000	0,8510	12º
Vila Valério	0,1510	0,8500	0,8495	13º
Vargem Alta	0,2060	0,9038	0,8489	14º
Vila Pavão	0,1442	0,8400	0,8479	15º
Santa Maria de Jetibá	0,1560	0,8448	0,8444	16º
Alto Rio Novo	0,2246	0,9028	0,8391	17º
São Roque do Canaã	0,1860	0,8600	0,8370	18º
Marechal Floriano	0,1916	0,8501	0,8292	19º
Dores do Rio Preto	0,2198	0,8741	0,8271	20º
Marilândia	0,1914	0,8438	0,8262	21º
Pancas	0,2442	0,8962	0,8260	22º
Domingos Martins	0,2144	0,8500	0,8178	23º
Atílio Vivacqua	0,2779	0,9085	0,8153	24º
Afonso Cláudio	0,2799	0,9100	0,8150	25º
Itaguaçu	0,2632	0,8915	0,8142	26º
Ecoporanga	0,2862	0,9037	0,8087	27º
Itarana	0,2637	0,8810	0,8086	28º
Mimoso do Sul	0,3004	0,9048	0,8022	29º
Jaguaré	0,2411	0,8448	0,8019	30º
Lúna	0,2693	0,8684	0,7995	31º
Conceição do Castelo	0,2512	0,8474	0,7981	32º
São José do Calçado	0,3170	0,9033	0,7932	33º
Ibatiba	0,3120	0,8966	0,7923	34º
Alfredo Chaves	0,2479	0,8195	0,7858	35º
Mantenópolis	0,3116	0,8733	0,7809	36º
Santa Leopoldina	0,3479	0,9054	0,7788	37º
São Domingos do Norte	0,2542	0,8100	0,7779	38º
Barra de São Francisco	0,3405	0,8877	0,7736	39º

Município	IDU	PRC3 SM	I.I.P	Rank
Marataízes	0,3454	0,8900	0,7723	40º
São Gabriel da Palha	0,3214	0,8500	0,7643	41º
Rio Novo do Sul	0,3196	0,8322	0,7563	42º
Santa Teresa	0,3500	0,8600	0,7550	43º
Muqui	0,3909	0,8978	0,7534	44º
Boa Esperança	0,3513	0,8580	0,7533	45º
Viana	0,3481	0,8519	0,7519	46º
Baixo Guandu	0,3861	0,8819	0,7479	47º
Itapemirim	0,4055	0,8900	0,7422	48º
Nova Venécia	0,3634	0,8400	0,7383	49º
Jerônimo Monteiro	0,4155	0,8876	0,7361	50º
Montanha	0,3962	0,8622	0,7330	51º
Apiacá	0,4438	0,8999	0,7281	52º
Alegre	0,4003	0,8472	0,7235	53º
Sooretama	0,3879	0,8300	0,7211	54º
São Mateus	0,3356	0,7754	0,7199	55º
Conceição da Barra	0,4153	0,8503	0,7175	56º
Iconha	0,3448	0,7724	0,7138	57º
Pedro Canário	0,4258	0,8426	0,7084	58º
Anchieta	0,4066	0,8181	0,7057	59º
Pinheiros	0,4474	0,8582	0,7054	60º
Fundão	0,4182	0,8225	0,7022	61º
Cariacica	0,3964	0,7884	0,6960	62º
Castelo	0,4488	0,8401	0,6956	63º
Venda Nova do Imigrante	0,4302	0,7820	0,6759	64º
Guaçuí	0,5145	0,8633	0,6744	65º
Linhares	0,4831	0,8300	0,6734	66º
Ibiraçu	0,4561	0,7903	0,6671	67º
Bom Jesus do Norte	0,5606	0,8644	0,6519	68º
Guarapari	0,4803	0,7814	0,6505	69º
Piúma	0,5367	0,8014	0,6323	70º
Serra	0,5026	0,7428	0,6201	71º
Colatina	0,5802	0,8100	0,6149	72º
Aracruz	0,5112	0,7024	0,5956	73º
João Neiva	0,5307	0,7215	0,5954	74º
Cachoeiro de Itapemirim	0,5866	0,7637	0,5885	75º
Vila Velha	0,6506	0,5573	0,4534	76º
Vitória	0,9046	0,4754	0,2854	77º

Nota: IDU - Índice de desenvolvimento urbano: maior valor representa maior desenvolvimento
 PRC3 SM - Percentual da população cuja renda média mensal do chefe do domicílio é de até
 3 salários mínimos
 I.I.P. - Indicador para investimentos prioritários: maior valor representa maior necessidade
 de investimentos na área habitacional

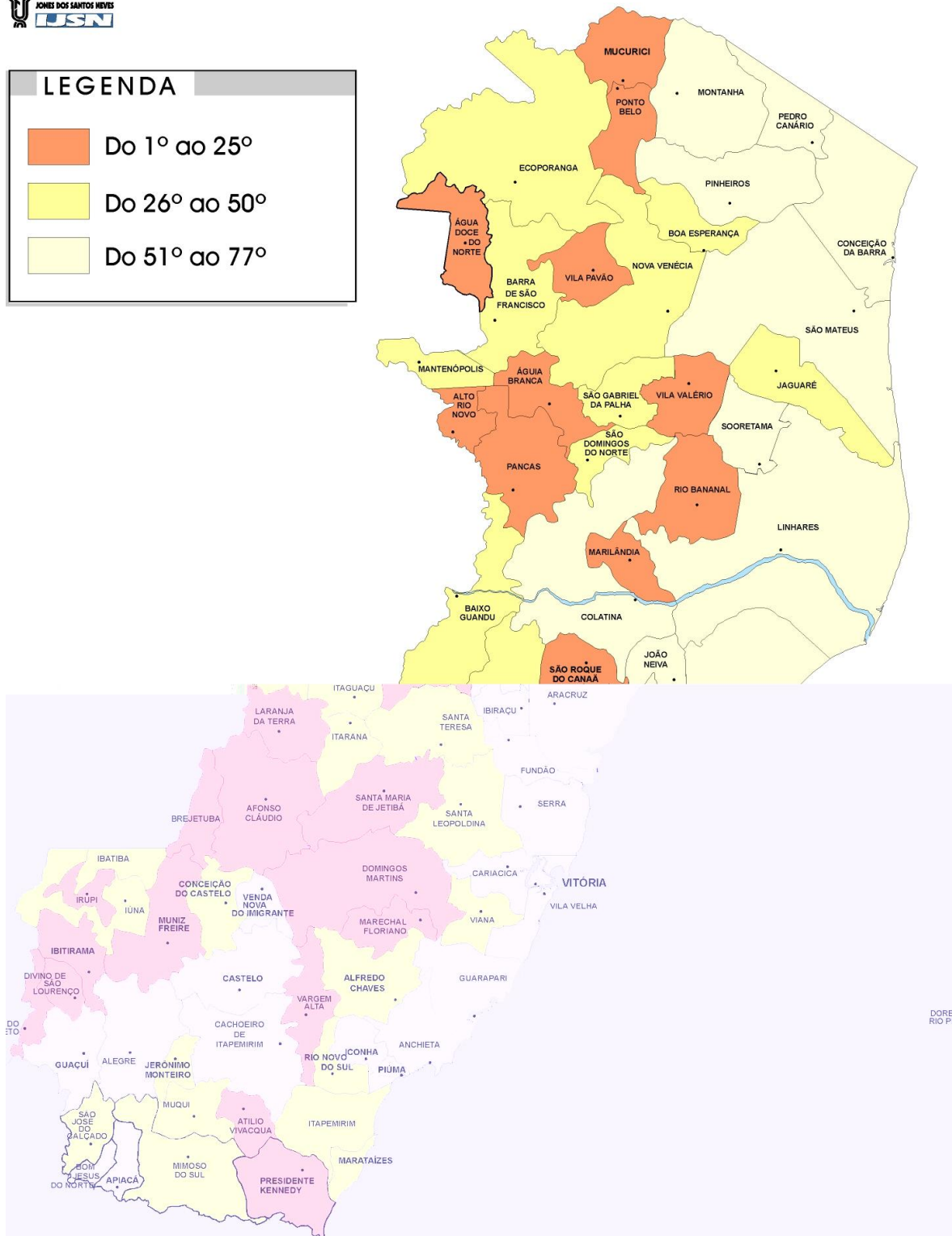


Municípios Rank dos municípios com maior necessidade de investimentos



LEGENDA

- Do 1º ao 25º
- Do 26º ao 50º
- Do 51º ao 77º





SECRETARIA DE ESTADO
DO PLANEJAMENTO



**INSTITUTO DE APOIO
À PESQUISA E AO
DESENVOLVIMENTO
JONES DOS SANTOS NEVES**

IJSN

Tel/Fax: (027) 324.3888
<http://www.ijsn.es.gov.br>
E-mail: dipre@mail.ijsn.es.gov.br

Av. João Batista Parra, 465
Enseada do Suá - Vitória - ES
Cep: 29050-330